



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA
LEI Nº 1.033/2019
DE 24 DE MAIO DE 2019.

“Institui o Programa de Refinanciamento de Débitos Tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, e dá outras providências.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITABAIANINHA**, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais, conferidas nos termos da Lei Orgânica Municipal e no art. 43 do Código Tributário Municipal – Lei Nº 827 de 30 de dezembro de 2009.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Itabaianinha, Estado de Sergipe, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Refinanciamento de Tributos do Município de Itabaianinha/SE, destinado a promover a regularização de débitos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, inclusive aqueles em fase de execução fiscal já ajuizada ou que tenham sido objeto de parcelamento não integralmente liquidado ou cancelado por falta de pagamento, os quais poderão ser pagos, parceladamente e/ou com descontos de juros e multa moratória, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2018, observadas as condições e requisitos estabelecidos nesta lei.

§ 1º. Para os efeitos desta lei, considera-se débito tributário, o montante atualizado monetariamente na data do pagamento à vista ou na formalização do acordo de parcelamento, obtido pela soma dos valores do tributo devido, acrescidos de juros de mora, multas de toda natureza, inclusive as de caráter moratório e demais encargos previstos em lei, apurados à época de sua concessão, inclusive aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

§ 2º. Poderão ser incluídos no Programa de Refinanciamento de Tributos, eventuais saldos de parcelamentos e reparcelsamentos em andamento.

Art. 2º. O ingresso no Programa de Refinanciamento de Tributos dar-se-á por opção do contribuinte, mediante requerimento.

§ 1º. Os débitos tributários, constituídos ou confessados com fatos geradores até 31 de dezembro de 2018, poderão ser incluídos no Programa de Refinanciamento de Tributos.

§ 2º. Os débitos tributários não constituídos, incluídos no Programa de Refinanciamento de Tributos por opção do contribuinte, serão declarados em termo de confissão de débitos na data da formalização do pedido de ingresso.

§ 3º. A formalização do pedido de ingresso no Programa de Refinanciamento de Tributos poderá ser efetuada em até 180 (cento e oitenta) dias após a vigência desta Lei.

§ 4º. Não concedido o parcelamento será dada ciência ao interessado.

Art. 3º. A formalização do pedido de ingresso no Programa de Refinanciamento de Tributos implica o reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos,
Praça Floriano Peixoto nº. 27, 1º Andar, Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49.290-000, CNPJ 13.098.181/0001-82, e-mail pmitab@uol.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA

ficando condicionada à desistência prévia de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência prévia de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas, honorários advocatícios e encargos porventura devidos.

§ 1º. Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no art. 922 do novel Código de Processo Civil.

§ 2º. No caso do § 1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta Lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção com fundamento no art. 924, inciso II, do novel Código de Processo Civil.

§ 3º. Os devedores com depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo terão sua adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos condicionada à prévia liberação dos depósitos em favor da Fazenda Pública Municipal, os quais servirão de pagamento, no todo ou em parte, dos débitos incluídos no referido programa.

§ 4º. Caso os valores depositados, previstos no parágrafo anterior, superem o total dos débitos já calculados na forma do Programa, o devedor poderá levantar o valor remanescente a seu favor após autorização expressa da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º. Sobre os débitos tributários incluídos no Programa de Parcelamento de Tributos, especificados no art. 1º, incidirão atualização monetária, multa e juros de mora até a data da formalização do pedido de ingresso, nos termos da legislação aplicável além de emolumentos, quando se tratar de débitos inscritos em dívida ativa.

§ 1º. Em caso de pagamento à vista, o débito tributário consolidado na forma do *caput* deste artigo será cobrado com os seguintes descontos:

I - Principal atualizado pelo índice adotado pelo Município 0% (zero por cento) de desconto;

II - Multa: 90% (noventa por cento) de desconto;

III - juros de mora: 90% (noventa por cento) de desconto.

§ 2º - No caso de pagamento parcelado o débito tributário descrito no *caput* deste artigo terá o desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre as multas e os juros.

§ 3º. A redução incidirá, exclusivamente, no valor das multas moratórias e juros, e não no débito principal e na atualização monetária.

Art. 5º. Os débitos para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados no máximo em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, nunca inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), para pessoa física, e nunca inferior a R\$ 100,00 (Cem reais), para pessoa jurídica, da moeda corrente, de acordo com os seguintes requisitos:

I - Para valores até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) o débito tributário poderá ser dividido em até 12 (doze) parcelas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA

II – Para valores superiores a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) o débito tributário poderá ser dividido em até 36 (trinta e seis) parcelas, devendo ser observada a disposição contida no *caput* em relação ao valor mínimo da parcela;

III – para valores superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) o débito tributário poderá ser dividido em até 48 (quarenta) parcelas.

§ 1º. Na hipótese de atraso no pagamento de 03 (três) prestações sucessivas, o acordo de parcelamento fica denunciado, cessando automaticamente os benefícios desta Lei em relação ao saldo devedor.

§ 2º. É vedada a concessão de parcelamento de débito retido na fonte.

§ 3º. Em caso de parcelamento de débito proveniente de auto de infração e ocorrendo o atraso previsto no § 2º deste artigo, o débito remanescente será apurado no processo administrativo e encaminhado para inscrição em dívida ativa.

§ 4º. Sobre o débito parcelado incidirá, anualmente, a atualização Monetária, utilizando o IPCA ou outro indexador que venha a substituí-la na forma da Lei até a data do pagamento.

Art. 6º. O vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á na data da assinatura do contrato de ingresso no Programa de Parcelamento de Tributos, e as demais parcelas no último dia útil dos meses subseqüentes.

§ 1º. O pagamento da parcela fora do prazo legal implicará na cobrança da multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor da parcela devida e não paga até o limite de 20% (vinte por cento), acrescido de juros moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês.

Art. 7º. O ingresso no Programa de Parcelamento de Tributos sujeita o contribuinte à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e no art. 202, inciso VI, do Código Civil vigente e nos termos dos artigos 394 e 395 do novel Código de Processo Civil.

Parágrafo único. A homologação do ingresso no Programa de Parcelamento de Tributos dar-se-á no momento do pagamento à vista ou da primeira parcela, para os casos previstos nesta Lei;

Art. 8º. O contribuinte será excluído do Programa de Parcelamento de Tributos, sem notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - Estar em atraso com o pagamento de qualquer parcela há mais de 90 (noventa) dias;